

As relações entre Brasil e Argentina: ensaio de coordenação política e cooperação estratégica (1961-1964).

PAULO SÉRGIO DA SILVA
Doutor em História
Universidade Federal de Uberlândia
paulosilva@ufu.br

Resumo

O presente texto aborda a aproximação entre Brasil e Argentina resultante na Declaração de Uruguiana, assinada entre os Presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi, em 20 de abril de 1961, cujo propósito era sedimentar e orientar a coordenação política e a cooperação estratégica entre ambos, a partir de então. Discute as condições, razões e circunstâncias políticas que permitiram a construção e a consolidação do espírito cooperativo nela expresso, assim como, as ações e os motivos que, num curto espaço de tempo, inviabilizaram os propósitos de integração ali contidos, fazendo com que prevalecesse, novamente, o distanciamento, a rivalidade e a desconfiança mútua.

Palavras-chave: História; Relações Internacionais; Brasil e Argentina; coordenação política; cooperação estratégica.

Abstract

This paper addresses the rapprochement between Brazil and Argentina resulting in the "Declaration of Uruguiana" signed between the Presidents Quadros and Arturo Frondizi, on 20 April 1961, whose purpose was to settle and guide policy coordination and strategic cooperation between both from then on. Discusses the conditions, reasons and political circumstances that allowed the construction and consolidation of cooperative spirit expressed therein, as well as the actions and the reasons that, in a short time, made it impossible integration purposes contained therein, making prevail again, the distance, rivalry and mutual mistrust.

Key Word: History; International Relations; Brazil and Argentina; policy coordination; strategic cooperation

As relações entre os Estados mostram-se como um jogo em que vários dados são lançados simultaneamente, num ambiente em que a desconfiança mútua paira como um potente espectro. Contudo, tal condição não obsta que se promova a coordenação política e a cooperação estratégica em diversos campos. De tempo em tempo, observa-se a confluência de vontades que permite a ação bilateral ou conjunta em prol de determinados objetivos comuns, seja em âmbito regional, continental ou mesmo global. Momentos, ocasiões e/ou oportunidades em que os esforços governamentais de países distintos são somados e coordenados em prol de interesses compartilhados, embora tais ajustes possam ser de curta existência, pois são sempre precários diante das permanentes reavaliações das vontades e dos interesses que os sustentam, as suas presenças são indiscutíveis.

Nesse sentido, ganham destaque nas relações interestatais as negociações e ações dos agentes traduzidas em arranjos jurídicos internacionais, que incluem as declarações conjuntas, acordos, tratados e convênios de cooperação. Os quais estabelecidos, desejados e constituídos por sujeitos históricos, revelam determinações resultantes de vontades reais, advindas de distintas realidades geopolíticas (SILVA, 2006).

Tais instrumentos não estão determinados em valores atemporais, desprendidos da existência e da atividade humana, existentes em si e por si. Como ordem histórica, eles são criados pela atividade humana, postos em vigor, conservados e aperfeiçoados. Desse modo, os seus princípios, diretrizes, pressupostos e limites evidenciam os interesses que sustentam o sistema internacional, revelam a capacidade, o peso e o poder real dos agentes políticos, assim como o papel desempenhado por cada um de seus signatários nos jogos desse complicado tabuleiro. A compreensão dos seus significados, sentidos e alcances remetem necessariamente ao contexto sócio, político e econômico dos países signatários, assim como, ao contexto regional e internacional, pois não se deve separá-los dos fenômenos históricos que lhe dão sustentação (SILVA, 2006).

Ademais, compete ressaltar que apesar do reconhecimento de interesses e de valores comuns, dispostos em regras jurídicas acordadas para os seus relacionamentos e/ou da cooperação estabelecidas em dados setores, o fato é que tais acertos não anulam, definitivamente, os conflitos e, sobretudo, a correlação de forças entre as diversas unidades políticas, fazendo com que rotineiramente possam ser revistos e alterados (ARON, 2002, 129-130). Nesse sentido percebe-se que as razões e os objetivos de cada uma das nações constituem-se de variados níveis e formam um complexo tabuleiro em que os caminhos são plurais, o que implica em aproximações e/ou distanciamentos, definidos a partir de seus interesses específicos, margens de manobras, pesos geopolíticos e capacidades de negociação.

Ciente disso, observa-se que em 1961 ocorreu a aproximação entre Brasil e Argentina realizada com o propósito de solidificar e coordenar a ação conjunta, formalmente expressa na Declaração de Uruguiana, assinada entre os Presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi, em 20 de abril daquele ano. Pelo documento, realçaram o desejo mútuo de ampliar os laços de amizade, sob o princípio da ação associada, voltada ao entendimento recíproco, com vista a objetivos concretos, assim como o firme desígnio de consolidarem os vínculos políticos, econômicos e culturais entre os dois Estados. Contudo, em pouco tempo, transformações políticas internas, somadas à ações dissonantes e conflitantes, adotadas pelos dois parceiros em relação à expulsão de Cuba da OEA e sobre a formação e a legitimidade do Colégio Interamericano de Defesa, sepultaram, definitivamente, o espírito de Uruguiana.

Resta então instigante e peculiar a discussão acerca das condições, razões e circunstâncias políticas que permitiram a construção e a consolidação do espírito cooperativo expresso na Declaração de Uruguiana. Assim como as ações e os motivos que inviabilizaram os propósitos de integração nela contido, fazendo com que prevalecesse, novamente, o distanciamento a rivalidade e desconfiança mútua, assuntos que o texto aborda a partir desse ponto.

Em 1958, ao assumir a Presidência, Arturo Frondizi encontrou a Argentina numa situação financeira delicada, mergulhada na estagnação econômica. De um lado, os produtos agropecuários encontravam-se depreciados internacionalmente em referência aos produtos industrializados. Por outro, não havia condições de se promover a modernização e a ampliação das indústrias básicas e mais, a população aumentava e pressionava os níveis de consumo e a economia encontrava-se em insolvência em virtude das importações de combustível, matéria-prima industrial, equipamentos e maquinarias (LLAIRO; SIEPE, 2003, 21-22 e 70).

Frondizi tentou colocar em prática um modelo desenvolvimentista, para integrar os objetivos e as expectativas das variadas forças sociais que, circunstancialmente, o acompanhavam. Num momento em que as condições globais e regionais, sob o impacto do acirramento da guerra fria e da revolução cubana, não admitiam ambigüidades nos alinhamentos. Embora ele insistisse que não aceitava que fronteiras ideológicas afetassem o país, a abertura comercial e a posição da Argentina no globo, diminuíram sensivelmente a sua capacidade de negociação (LLAIRO; SIEPE, 2003, 15).

Enquanto isso do lado brasileiro, o propósito de promover o crescimento e o aprofundar a industrialização do país levou o Presidente Juscelino Kubitschek (1955-61) a abrir a economia nacional ao capital internacional, em atenção ao seu projeto de desenvolvimento centrado no setor de bens de consumo duráveis para as classes médias e de renda elevada (VIZENTINI, 1994, 102). Intuito que

viabilizou significativos investimentos externos privados e permitiu, por exemplo, a instalação da indústria automobilística no país.

Entretanto, com a criação da Comunidade Econômica Européia e a reeleição de Eisenhower, num quadro de crise e descontentamento latino-americano, o governo brasileiro retomou uma ativa barganha nacionalista com os EUA, por meio da Operação Pan-Americana (OPA), um ambicioso e consistente programa que reclamou a promoção do desenvolvimento econômico da América Latina via ajuda financeira pública e privada dos norte-americanos, como forma apropriada para conter os avanços do comunismo na região (SEITENFUS, 1994, 57; VIZENTINI, 1994, 102). A proposta de Juscelino obteve, de pronto, o apoio e a adesão de Frondizi, uma vez que comungavam o objetivo de desenvolver, rapidamente, os seus respectivos países, via incremento do setor industrial.

Apesar do fracasso em fundar um novo ordenamento regional, a OPA permitiu a coordenação entre Brasil e Argentina, assim como difundiu a concepção de que o Cone Sul poderia tornar-se um efetivo polo da atenção internacional, em contraposição à América Central que, em virtude do regime de Fidel, tornara-se o centro de gravidade dos assuntos interamericanos (BANDEIRA, 1995, 136). Ademais, ao promover a confluência de entendimento entre brasileiros e argentinos, ela possibilitou que os dois países trabalhassem, a partir de então, conjuntamente em prol da obtenção do compromisso de Washington com a América Latina, conforme exemplifica a Conferência de Bogotá, em outubro de 1960. Tal coordenação teve um significativo peso no ulterior lançamento da Aliança para o Progresso, em 13 de março de 1961, pelo Presidente Kennedy, em que foram reconhecidos os postulados da OPA (LLAIRO; SIEPE, 2003, 176).

Em 1961, tal qual a Argentina, também o Brasil passava por uma série de dificuldades econômicas: inflação recrudescida, problemas cambiais e as suas inevitáveis conseqüências no plano social e político. Eleito com o apoio da União Democrática Nacional, após uma campanha marcada por um forte discurso nacionalista, Janio Quadros reinterpreto os propósitos desenvolvimentistas e as demandas internas e externas do país, adotou a denominada *política externa independente*, colocada em prática pelos chanceleres Afonso Arinos, e depois, por San Tiago Dantas, já no Governo de Goulart, em que se buscou universalizar a atuação brasileira (SEITENFUS, 1994, 58 e BANDEIRA, 1995, 131).

Diversamente da última fase da política externa de Juscelino que privilegiara o continente por meio da OPA, Jânio Quadros propôs uma visão universal, sem descuidar, todavia, do regional. Havia que buscar-se os interesses do país, independentemente de onde eles se encontrassem, sem preconceitos

ideológicos, segundo uma postura independente em relação às outras nações que tinham um relacionamento preferencial com o Brasil.

Aprofundando o anterior entrosamento, em 20 de abril de 1961, dois meses e meio após a inauguração do seu governo, o Presidente Quadros viajou para a cidade de Uruguai e lá se reuniu com Arturo Frondizi. Oportunidade na qual discutiram as relações bilaterais e os problemas da América Latina e, em especial, as relações econômicas e a cooperação cultural entre os dois países.

Os presidentes concordaram em afastar as desconfianças reciprocamente alimentadas e aprofundar o esforço comum de cooperação, com o escopo de superar antigas rivalidades. Comprometeram-se em reduzir as tropas estacionadas na fronteira dos dois países e a criarem um sistema permanente de consulta, por meio da designação de um oficial do Exército Brasileiro, que deveria permanecer em Buenos Aires, encarregado de manter contato semanal com a Presidência da Argentina. Acertaram, igualmente, que as duas nações não somente cessariam a competição por influenciar os vizinhos, tais como: Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile, mas, a partir de então, conjugariam os seus esforços para desenvolvê-los (BANDEIRA, 1995, 135).

Pela Convenção de Amizade e Consulta, assinada pelo chanceler Afonso Arinos, do Brasil, e Diógenes Taboada, da Argentina, os dois governos sublinharam o interesse comum quanto à ampliação dos níveis de integração entre Brasil e Argentina nos campos econômicos, financeiro, judiciário e cultural. Facultaram, inclusive, aos demais latino-americanos a adesão àquele protocolo e previram a adequação legislativa para permitir a livre circulação aos nacionais de ambos os Estados (BANDEIRA, 1995, 136).

Por sua vez, os Presidentes Quadros e Frondizi firmaram a Declaração de Uruguai com a expressa intenção de solidificar e coordenar a ação conjunta entre as duas nações. Destacaram as dificuldades e as necessidades comuns aos dois países no cenário internacional e, de modo particular, sublinharam as condições econômicas e sociais decorridas do subdesenvolvimento que assolavam toda a América Latina. Realçaram o desejo mútuo de ampliar os laços de amizade, sob o princípio da ação conjunta, voltada ao entendimento recíproco, com vista a objetivos concretos, assim como o firme desígnio de consolidarem os vínculos políticos, econômicos e culturais entre os dois Estados. Para tanto, declararam:

“1) que os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina orientam e orientaram sua política internacional em função da condição sul americana que lhes é comum,

conforme a essência ocidental e cristã de suas nacionalidades e de acordo com as responsabilidades continentais assumidas;

2) que ambos os países estão decididos a impulsionar de maneira ativa e segundo critérios determinados por seus interesses nacionais, sua participação na solução dos problemas internacionais que os afetam, com o propósito de contribuir ao aperfeiçoamento das boas relações e do entendimento pacífico entre os povos;

3) que a preservação das instituições da democracia representativa e da consolidação dos princípios da liberdade e da dignidade da pessoa humana, inerentes à origem histórica de nossas nacionalidades, exigem com a maior urgência um esforço de ampla envergadura para acelerar os programas de desenvolvimento dos países da América Latina e extirpar definitivamente os males provocados pelas condições que afligem a maioria dos povos do continente;

4) que a progressiva piora dessas condições determina o surgimento de graves problemas políticos e sociais e que devem resolver-se com a participação ativa dos países do continente, rechaçando-se a interferência direta e indireta de fatores extracontinentais, respeitando-se o princípio da autodeterminação dos povos, de maneira a assegurar a efetiva soberania das nações e conforme as resoluções pertinentes adotadas nas reuniões interamericanas;

5) que a defesa da estabilidade política e social do sistema interamericano exige a coordenação de ações coordenadas e conjuntas que leve à rápida execução dos postulados da operação pan-americana, segundo o espírito da Ata de Bogotá, cujas perspectivas de realização acabam de receber o mais vigoroso apoio com o Programa Aliança para o Progresso, proposto pelo Presidente dos Estados Unidos da América;

6) que compartilham o critério de que a colaboração econômica externa somente pode render frutos mediante um vigoroso esforço nacional;

7) que, em conseqüência, deve-se fazer todo o necessário para aumentar os recursos nacionais, defendendo-se o valor internacional dos produtos básicos, lutando pela eliminação das restrições que cerceiam as exportações latino-americanas e promovendo e intensificando o comércio com todas as nações;

8) que os governos da Argentina e do Brasil estão decididos a colaborar de maneira firme e permanente na consecução daqueles objetivos que consideram também comuns a todos os países da América Latina, para fazer da amizade entre seus povos uma realidade efetiva e para consolidar a paz e a democracia em todo o continente". (BRASIL, 1961).

Ou seja, nos termos do documento assinado pelos Presidentes Janio Quadros e Arturo Frondizi, ante as identidades geográficas de Brasil e Argentina, como partes da América do Sul, aliada a sua identidade cultural de países ocidentais e cristãos, propuseram a coordenação de seus esforços, no âmbito continental, na busca pela satisfação de propósitos comuns, quer fossem relativos aos seus interesses nacionais ou à solução dos problemas internacionais. Valorizaram e destacaram a preservação da democracia representativa, assim como dos princípios da liberdade e da dignidade da pessoa humana, alegando que tal intuito relacionava-se, em virtude das condições de subdesenvolvimento da América Latina, a um amplo esforço para acelerar os programas de desenvolvimento, sob a justificativa de que a deterioração das condições econômicas agravava os problemas políticos e sociais.

Reafirmaram os princípios da autodeterminação dos povos e da soberania das nações como meio de repudiar a interferência, direta ou indireta, de fatores extracontinentais na solução dos problemas políticos e sociais. Sustentaram que, para promover o desenvolvimento econômico latino-americano, era necessário priorizar os esforços de coordenação nacional, eliminar restrições, estimular o comércio, proteger os preços dos produtos básicos e empreender um esforço continental para que fossem ampliadas as fontes de financiamento público. Ao final, eles afirmaram que, a partir daquele momento, os governos da Argentina e do Brasil se colocavam de maneira firme e permanente na busca dos objetivos expressos na declaração, os quais entendiam serem comuns a todos os países da América Latina e os meios capazes de tornar a amizade entre os povos uma realidade efetiva, consolidando a paz e a democracia no continente.

Com Uruguaiana, o Brasil e a Argentina ampliaram as suas liberdades de movimento na política internacional, assim como as condições de diálogo com os Estados Unidos, haja vista a responsabilidade continental que assumiram na defesa da cooperação como meio eficaz para a solução dos problemas políticos e sociais do continente. Propuseram, ostensivamente, o repúdio à ingerência no continente, reafirmaram a autodeterminação dos povos e defenderam a coordenação de suas políticas externas em relação aos demais países da região e na busca de interesses comuns, especialmente junto aos organismos financeiros e econômicos, finalmente, propuseram atualizar suas respectivas estratégias nacionais (LLAIRO; SIEPE, 2003, 193-4).

Prosseguindo no espírito de Uruguaiana, entre 06 e 10 de julho de 1961, Adolfo Mujica, Ministro argentino, visitou Brasília e o Rio de Janeiro, locais onde firmou com Afonso Arinos diversos acordos e convênios, dando continuidade a aproximação aos dois países. Merece destaque, também, o início dos trabalhos do Grupo de Cooperação Industrial Brasil-Argentina, com o objetivo de aumentar as suas trocas comerciais (CERVO, 1992, 288-9). Parecia que os propósitos de Uruguaiana começavam a se concretizarem. Contudo, não tardou e veio o primeiro solavanco nessa trilha, advindo de alterações na política brasileira.

Num contexto conturbado, o Presidente Quadros fez uma série de manobras políticas para aumentar o seu poder, via apoio popular e militar. Na manhã de 25 de agosto de 1961, renunciou na expectativa de criar um impasse institucional e, assim, coagir o Congresso a aumentar os poderes do Executivo, ante a sua percepção de que os Ministros Militares, da ala conservadora das Forças Armadas, iriam preferir o seu retorno ao cargo a que João Goulart, como Vice-Presidente, assumisse o governo.

Todavia, o governador Leonel Brizola levantou o Rio Grande do Sul e o III Exército com ele se alinhou na defesa da legalidade da posse de Goulart na Presidência da República, a manobra de Jânio fracassou.

Efetivada a troca presidencial, buscou-se preservar as propostas do governo anterior. Contudo, progressivamente, o novo Presidente passou-se a defender a independência na escolha das alternativas internacionais, segundo o juízo do interesse nacional, os princípios da não intervenção e da autodeterminação dos povos e a expansão de mercados. Imerso num cenário de crescente crise política e, especialmente, de dificuldades econômicas, o Brasil tentou aproximar-se dos Estados Unidos para obter ajuda financeira e apoio do FMI para renegociar a dívida externa.

Em relação à política continental, o novo Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas reafirmou a posição brasileira de relacionamento internacional sem discriminações, de acordo com o princípio da absoluta igualdade, dando-se, todavia, uma atenção especial à Argentina. No dia 24 de setembro de 1961, em continuidade à coordenação iniciada em Uruguaiana, João Goulart teve um rápido encontro com Arturo Frondizi no aeroporto do Galeão (escala do Presidente argentino em viagem com destino aos Estados Unidos), onde assinaram a Declaração do Galeão, reafirmando o entendimento entre os dois países.

Na sequência, veio, em novembro do mesmo ano, a visita de San Tiago Dantas a Buenos Aires, ocasião em que se firmou uma nova Declaração Conjunta em que os dois governos manifestaram a coordenação de seus pontos de vista no tocante a diversas questões da ordem internacional, à salvaguarda da democracia e à promoção do desenvolvimento. Neste documento sublinharam o entendimento mútuo em questões econômicas, comerciais e culturais e previu-se a entrada em funcionamento de uma Comissão Mista Permanente de Consulta, além da futura assinatura de um tratado de extradição e de uma convenção sobre assistência gratuita (CERVO, 1992, 297).

Todavia, rapidamente, as condições políticas internas, brasileira e argentina, alteraram-se profundamente e o primeiro ensaio de coordenação política e aliança estratégica, entre Brasil e Argentina, deteriorou-se. Em 1962, a proposta norte-americana de expulsão de Cuba da OEA converteu-se no primeiro teste efetivo a colocar em xeque tal coordenação. Diante da defesa veemente, feita por San Tiago Dantas, em nome do governo brasileiro, do princípio da não intervenção, como única forma capaz de garantir a unidade do sistema interamericano e, de preservar a sua capacidade de resposta às novas situações e problemas (REIS, 1994, 31), surgiram dúvidas se o governo argentino acompanharia tal posicionamento.

A ação coordenada entre Brasil e Argentina não agradava aos Estados Unidos. Tal descontentamento ampliava-se no caso de João Goulart ante a presença de um forte nacionalismo, inclusive nas Forças Armadas, a expandir a resistência aos desígnios norte-americanos. Por sua vez, os militares argentinos, em face do agravamento das tensões internas, inquietavam-se com a coordenação política de seu país com o vizinho. Anteviam tal ajuste como um implícito acerto para proteger Cuba, uma vez que consideraram Frondizi e, sobretudo, Goulart, como comunistas ou pró-comunistas, pelo fato de ambos os chefes de Estados oporem-se, tenazmente, às sanções econômicas e militares contra o regime de Fidel (BANDEIRA, 1995, 59-60).

Na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Punta del Este, realizada de 22 a 31 de janeiro de 1962, apesar das pressões internas e externas, a Argentina permaneceu coordenada ao Brasil e se absteve, da mesma forma que o México, Chile, Equador e Bolívia e não votou a favor da expulsão de Cuba da OEA. Embora afirmassem a incompatibilidade do regime cubano com o sistema interamericano, os chanceleres dos dois países fundamentaram as suas abstenções mediante alegações processuais e de competência. Sustentaram que a Reunião de Chanceleres, enquanto órgão de consulta, não tinha competência para avaliar e julgar o caráter democrático deste ou daquele regime, tampouco, para votar a exclusão de um membro da OEA, contrariando o princípio da soberania nacional e da não intervenção. Por fim, afirmaram que a aprovação da expulsão de Cuba seria um perigoso precedente para as demais nações do continente, na medida em que abriria o caminho para a intervenção estrangeira, sob o signo do consentimento coletivo (BANDEIRA, 1995, 59-60).

Os militares argentinos utilizaram a abstenção na VIII Reunião dos Chanceleres Americanos em Punta del Este para investirem contra o Presidente. Compelido a romper relações diplomáticas com Cuba, Frondizi denunciou, em discurso, uma suposta conspiração dos elementos reacionários contrários à libertação e ao desenvolvimento da América Latina, com o fito de mantê-la, sempre, sob a condição colonial. Citou como exemplo desse ajuste as críticas da imprensa argentina e brasileira, a acusarem-no e a João Goulart de se colocarem mutuamente como instrumentos e sob o ritmo da diplomacia um do outro. Alegou que “*interesses agressivos*” norte-americanos, uma remissão velada ao complexo industrial militar, conspiravam contra o desenvolvimento e a soberania da América Latina. Todavia, o seu apelo ao povo, no discurso do Paraná, não obteve qualquer resposta. Pouco depois, no dia 08 de fevereiro de 1962, cedeu e rompeu as relações diplomáticas entre seu país e Cuba (BANDEIRA, 1995, 161-2).

Veio à tona a primeira fratura na coordenação entre Brasil e Argentina, quanto à política continental. O espírito de Uruguiana, constantemente revitalizado em acordos e convênios, sofreu o primeiro abalo.

Após negar a posição assumida na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos em Punta del Este, Arturo Frondizi encarregou o Embaixador argentino em Brasília, Carlos Manuel Muñiz de informar a San Tiago Dantas, que em Buenos Aires operava-se um “*verdadeiro golpe de Estado*”, patrocinado pelas Forças Armadas, os partidos da oposição, a imprensa e o Pentágono. Informou à chancelaria brasileira de que cedeu para se manter-se como chefe do Executivo, com o escopo de fortalecer-se politicamente, pois esperava, em breve, a vitória de seu Partido a União Cívica Radical Intransigente nas eleições de março de 1962 (BANDEIRA, 1995, 161-2). Todavia, as previsões do Presidente argentino, não se confirmaram e, em 29 de março daquele mesmo ano, ele foi afastado do cargo pelos militares.

Eleito graças a uma ampla base de apoio Frondizi prometeu implantar um programa social e político de cunho nacionalista. Contudo, no poder fez o oposto do que anunciara: vinculou a economia argentina às diretrizes do Fundo Monetário Internacional, abriu a indústria petroleira à inversão estrangeira, desvalorizou o peso, eliminou os subsídios ao consumidor, desestimulou o aumento aos salários não ligados à produtividade e fez um sério esforço para equilibrar as contas públicas. Aos reclames dos trabalhadores respondeu com a intervenção do exército para sufocar as greves, além do mais, a austeridade financeira lesou os consumidores e restringiu o crédito aos empresários. Ao trilhar tal caminho entre os diversos grupos de interesse da sociedade argentina indisps-se com a maioria, ou seja, acabou malquisto pelos diferentes segmentos sociais: igreja, sindicatos, trabalhadores, militares, peronistas e antiperonistas.

No transcurso do seu governo a situação social e política deterioraram-se na medida em que foram ampliadas as ações dos trabalhadores, através da ocupação de fábricas, as barricadas, os atentados com bombas, os protestos estudantis e as ações da guerrilha rural peronista, com o desígnio de destituí-lo. Enquanto isso, a ala disposta a afastá-lo, definitivamente, do cargo ganhou musculatura e tornou-se predominante. Sendo a sua atuação efetivada em 29 de março de 1962, quando Arturo Frondizi foi preso na residência presidencial por funcionários militares e detido na ilha Martin Garcia.

A Suprema Corte investiu no cargo vago a José Maria Guido, Presidente do Senado e sucessor constitucional de Frondizi. O receio de dificuldades com os Estados Unidos, ante os compromissos legalistas da Aliança para o Progresso, inibiu as Forças Armadas argentinas de ocuparem diretamente o

poder, Tal situação fez com que a Junta Militar aceitassem a posse Guido, preservando, pelo menos aparentemente, os aspectos formais do regime constitucional (BANDEIRA, 1995, 167).

O governo brasileiro, receoso da gravidade da situação no país vizinho, em face das investidas dos militares sobre as instituições políticas, realizado sob o simulacro de legalidade, vislumbrou o congelamento da política de aproximação entre o Brasil e a Argentina, do modo como fora concebido em Uruguiana. Tal como previa, rapidamente, o novo Presidente argentino substituiu a América Latina pelos Estados Unidos como centro de sua política externa. Retomaram o propósito de serem os portadores da profissão de fé norte-americana no Cone Sul, embora isso implicasse, concretamente, destituir-se da capacidade de autodeterminação e adquirir uma função puramente instrumental. No plano bilateral, isso significava o desmoronamento, ou no mínimo, a interrupção do espírito de Uruguiana e a retomada da rotineira política de suspeita e rivalidades entre os dois países.

Todavia, era necessário que o Brasil mantivesse uma ação diplomática flexível, a fim de reduzir eventuais choques de interesses e eliminar tensões. A continuidade das relações entre ambos em um nível razoável era um imperativo estratégico, em face da complementaridade de suas economias e fortes vínculos comerciais mútuos, marcados por fluxos de produtos agrícolas e produtos industrializados. Tal situação fez com que a chancelaria brasileira prosseguisse nos contatos com os novos dirigentes argentinos e aceitasse como fato consumado o congelamento do espírito de Uruguiana, não suscitando hostilidades com o governo de Guido, de forma pragmática (BANDEIRA, 1995, 170-1).

Quando em 1962, o Presidente norte-americano Kennedy, inspirado pelas sugestões de seu embaixador na OEA, decidiu inaugurar o Colégio Interamericano de Defesa, o Brasil opôs-se categoricamente. Em um memorando, o Itamaraty sustentou a impertinência do Departamento de Estado Norte-americano em instaurar tal órgão, uma vez que a sua criação fora decidida na Junta Interamericana de Defesa e que, portanto, somente ela tinha poderes para instituí-lo. Segundo a ótica brasileira, a criação deste instrumento dependia de acordo entre os Estados americanos e estava sujeita à aprovação dos seus respectivos Congressos. Portanto, ainda que a maioria, do Conselho da OEA, viesse a reconhecê-lo, da forma e modo como fora instituído, o Brasil não o considerava legítimo.

Além do que, contrariamente ao que determinava o estatuto do Colégio, o país entendia que as questões internas de ordem econômica, social e política não podiam constituir objeto de estudo e orientação *“senão no plano estritamente nacional, sob pena de ficar franqueado a um órgão internacional o exame de matéria pertinente à soberania do Estado no terreno prático”*. Nesse sentido, a diplomacia brasileira sustentou que as avaliações, na Junta Interamericana de Defesa ou em qualquer

outro organismo de caráter internacional, necessariamente deveriam restringir-se aos aspectos de políticas externas, ou do contrário configurar-se-iam como intromissão (BANDEIRA, 1995, 188). Outros países do continente americano partilhavam dessas mesmas preocupações quanto à criação, operacionalização e funcionamento do colégio interamericano de Defesa, em particular o México. Todavia, tal qual presumira o Itamaraty, a Argentina apoiou imediata e integralmente a iniciativa norte-americana.

As discrepâncias entre a postura dos antigos parceiros persistiram, em outubro de 1962, quando Kennedy ordenou o bloqueio a Cuba a fim de compelir a União Soviética a desmontar as bases de mísseis balísticos, lá instalados, Guido adotou, prontamente, uma posição oposta à do Brasil. Goulart opôs-se ao cerco e rechaçou o pedido norte-americano de envio de forças nacionais, já o seu consorte argentino prometeu cooperação integral, enviou dois *destroyers* de sua armada para participarem da interdição e uma esquadrilha de três aviões, da Aeronáutica, para auxiliar em missões de patrulhas, busca e salvamento. Pouco depois, em 05 de novembro, anunciou que o Exército de seu país instruiria uma brigada, com o objetivo de auxiliar na manutenção da paz continental, caso necessário (BANDEIRA, 1995, 189).

Este ensaio de cooperação estratégica e a coordenação política previstos na Declaração de Uruguiana, apesar de ter sido definitivamente abandonada num curto espaço de tempo após ser propalada, serve para evidenciar que, na década de 1960, apesar do patrocínio direto de Washington a enfatizar, as questões de Segurança, em dado momento, Brasil e Argentina entenderam que as relações hemisféricas deveriam abrir-se as questões do desenvolvimento econômico. Evidencia, que mesmo num cenário de competição e rivalidade política e estratégica foi possível empreender um esforço conjunto para melhorar as condições econômicas dos dois países e de toda a região.

Por um curto espaço de tempo, pareceu que as antigas disputas e rivalidades cederiam lugar à coordenação e à cooperação em prol da busca de soluções conjuntas. Entretanto, os cenários políticos turvaram-se ante a ascensão de um novo ator, os militares, que enveredaram-se por caminhos diversos, primeiro lá e depois por aqui, o que não tardou em neutralizar o incipiente entendimento.

Ao final esse pequeno concerto mostra que as dinâmicas das condições políticas, econômicas nacionais somadas às transformações, nos parâmetros regionais e internacionais são determinantes nas formatações, permanências e mudanças dos entendimentos políticos e jurídicos entre os países, compondo, quotidianamente, uma vasta teia de valores, interesse e oportunidades que pode superar dificuldade e transformar rivais em parceiros ou sócios em antagonistas. Eis um tabuleiro em que as peças

estão em constante movimento obedecendo a lógicas distintas, coordenadas por variados objetivos e perspectivas.

Referências bibliográficas

- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Conflito e integração na América do Sul**: Brasil, Argentina e Estados Unidos; da Tríplice Aliança ao Mercosul. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BANDEIRA, Moniz. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina**. São Paulo: Ensaio, 1995.
- BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve História da Argentina**. São Paulo: Ática, 1996.
- BOBBIO Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- BRASIL. **Declaração de Uruguiana**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. 1961.
- BULL, Hedley. **A sociedade Anárquica**. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá**. Brasília: Unb, 1992.
- JOAQUIM, Emanuel Bernardes. Entre duas realidades: Os realismos e a relação entre as estruturas doméstica e internacional. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 36, p. 73-86, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000400006&lng=pt&nrm=iso> . Acesso em 26 set. 2016.

- LLAIRO, Maria de Monserrat, SIEPE, Raimundo. **Fronidzi**: um nuevo modelo de inserción internacional. Buenos Aires: Eudeba, 2003.
- REIS, Fernando Guimarães. O Brasil e a América Latina. In. FONSECA JUNIOR, Gelson. CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco. **Temas de Política Externa Brasileira II**. São Paulo: Paz e terra, 1994. pp. 10-42.
- ROSE, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. In. **Word Politcs**. Vol 51, Nº1. 1998. P. 144-172.
- SEITENFUS, Ricardo. **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.
- SILVA, Paulo Sérgio da. **Brasil e Argentina**: a superação da lógica da desconfiança mútua e a construção da coordenação política e da cooperação estratégica e militar. 2006. 280 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Universidade Estadual Paulista – Franca (SP), 2006.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e política externa independente. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 27, 1994. p. 99-111.